

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de

A comemoração dos mortos no calendário dos vivos: o obituário medieval da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra. Edição crítica e estudo do manuscrito

Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020. 192 p. ISBN: 978-989-26-1698-8

LUÍS MIGUEL RÉPAS

doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2023.15954>

Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Estudos Medievais;
Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

 <https://orcid.org/0000-0002-5437-9437>

Maria Amélia Álvaro de Campos é doutorada em História da Idade Média pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde, atualmente, é investigadora (integrada no Centro de História da Sociedade e da Cultura) e tem vindo a lecionar várias unidades curriculares na Licenciatura em História e no Mestrado em História (ramo de Idade Média). Ao longo da sua carreira tem-se dedicado, em particular, ao estudo da história religiosa, na vertente paroquial. Foi, aliás, no âmbito desta linha de investigação que desenvolveu e defendeu, em 2012, a sua tese de doutoramento, que havia de ser publicada com o título *Cidade e religião – a colegiada de Santa Justa de Coimbra na Idade Média* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017) e distinguida, em 2018, com o prémio A. de Almeida Fernandes, de História Medieval Portuguesa. Desde então aprofundou o estudo das redes paroquiais urbanas – com um projeto de pós-doutoramento intitulado *Territórios, sociedades e religiões: redes paroquiais numa cidade medieval europeia. O caso de Coimbra* (BPD/100765/2014) – e, ainda neste âmbito, foi, até há bem pouco tempo, a Investigadora Responsável pelo projeto exploratório “COMMEMORTIS – O que sobrevive depois da morte? Comunidades paroquiais e estratégias de comemoração dos mortos na cidade medieval” (PTDC/EXPL/HAR-HIS/0532/2021), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Em *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos...*, Maria Amélia Álvaro de Campos apresenta o estudo e a edição crítica do obituário medieval da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra, manuscrito de 18 fólios em pergaminho, «redigido entre 1337 (...) e 1411» (p. 83, nota 147), que se encontra à guarda da Academia das Ciências de Lisboa (Série Azul, Ms. 1168). É, segundo a autora, «um dos exemplares mais antigos de um obituário medieval português, produzido fora das catedrais e dos principais mosteiros do reino» (p. 19).

No que respeita à estrutura da obra, a edição crítica deste documento necrológico (p. 77-169), resultando de um trabalho cuidado (rigoroso e minucioso), que honra a tradição da Academia de Coimbra nos domínios da Paleografia e da Diplomática, é antecedida por uma introdução (p. 17-26) e por um estudo, dividido em dois pontos: o primeiro consiste numa “breve história institucional” de “São Bartolomeu de Coimbra na Idade Média” (p. 27-30) e o segundo incide sobre a análise do manuscrito (p. 30 e ss.), nomeadamente no que respeita à “organização do documento” (p. 32-51), à sua “materialidade e características externas” (p. 51-57), à escrita (p. 57-68) e, naturalmente, ao seu conteúdo (p. 68-72). No final, apresenta-se um índice onomástico de pessoas e lugares, relativo a toda a obra (p. 171-182), de grande utilidade para o leitor, e a lista das fontes e da bibliografia usadas (p. 183-192).

Pelos motivos óbvios, que abordaremos a seguir, trata-se, sem dúvida, de uma obra de leitura obrigatória para quem estuda ou se interessa pelas atitudes do Homem perante a morte. O seu interesse começa, aliás, a revelar-se logo no prefácio. Aí Maria Helena da Cruz Coelho e Hermínia Vasconcelos Vilar começam por destacar como o título da obra «realça o entrelaçar entre mortos e vivos que a consolidação das práticas religiosas cristãs tornou central no contexto da sociedade medieval europeia», para depois demonstrar como esta ligação se manteve muito presente devido ao «papel da intercessão e da capacidade de redenção após a morte» (p. 11). A possibilidade (e, por isso, a responsabilidade) da salvação da alma dos mortos recaía sobre os vivos, através das orações. Estas eram solicitadas em vida, pelos próprios, ou depois da morte dos respetivos beneficiários, a pedido, sobretudo, dos seus familiares. Era, assim, importante registar por escrito tais obrigações. Faziam-no as pessoas, individualmente, sobretudo através dos testamentos, em que impunham «a celebração de cerimónias pela sua alma e mesmo por aqueles que lhe(s) eram mais próximos, em troca da outorga de bens e de rendimentos à Igreja» (p. 12), e faziam-no, também, as instituições religiosas, em obituários, necrológios e livros de aniversários, através dos quais «assumiam a responsabilidade de recordar o nome do defunto e de interceder pela sua alma» (p. 11).

Estas são, por isso, as principais fontes escritas para o estudo da morte e das estratégias de comemoração dos mortos durante a Idade Média (a que poderíamos acrescentar, como é óbvio, as doações *post mortem*, em particular aquelas associadas à instituição de capelas). A. H. de Oliveira Marques, na obra *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana* (5.ª ed., Lisboa: Sá da Costa, 1987, p. 268), alertara para a inexistência de estudos sobre a morte em Portugal: «Não foi elaborado ainda nenhum estudo sobre os problemas da expectativa de viver, da idade média com que se morria, da maneira de encarar a morte e da forma de realizar os funerais e de envergar luto». Esta situação, de algum modo, era consequência de muitas das mencionadas fontes para o estudo da morte se encontrarem, então, por editar¹. Desde essa altura fizeram-se avanços assinaláveis, desde logo com a dissertação de mestrado de Hermínia Vasconcelos Vilar (*A vivência da morte no Portugal medieval: a Estremadura portuguesa (1300 a 1500)*. Redondo: Patrimonia, 1995), a obra *O reino dos mortos na Idade Média peninsular* (dir. José Mattoso. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996) e a tese de doutoramento de Maria de Lurdes Rosa (*As almas herdeiras. Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal 1400-1521)*). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012), mas, igualmente, com a edição crítica de fontes documentais, nomeadamente o «Livro de Aniversários da Igreja de S. Pedro de Torres Vedras: Séc. XV» (*Revista da Universidade de Coimbra*. 35 (1989) 379-394), por Isaiás da Rosa Pereira, o obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora (*Um obituário do Mosteiro de S. Vicente de Fora. A comemoração dos que passaram deste mundo*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2008) e o livro de aniversários de Santiago de Coimbra

1 Para além do célebre martirologio-obituário da Sé de Coimbra, designado por *Livro das Kalendas*, que fora editado por Pierre David (*Liber anniversariorum ecclesiae cathedralis Colimbricensis: Livro das Kalendas*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1947), contava-se com a edição de Isaiás da Rosa Pereira, ainda que apenas parcial, dos «Livros de aniversários de Santa Maria da Alcáçova de Santarém e de Santiago de Coimbra», separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. 34 (1978), e com a publicação do obituário medieval de Santa Maria de Alcáçova de Santarém, por Avelino de Jesus da Costa (Inventário dos bens e obituário de Santa Maria de Alcáçova de Santarém. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. 36 (1981) 1-30).

(Un libro de aniversarios de la colegiata de Santiago de Coímbra. Contribución al estudio del culto del Apóstol en la Edad Media. *Ad limina: revista de investigación del Camino de Santiago y las peregrinaciones*. 9 (2018) 185-224), por Maria José Azevedo Santos, e a coleção de testamentos do clero catedralício português, até 1325, que contou com a coordenação de Maria do Rosário Barbosa Morujão (*Testamenta Ecclesiae Portugaliae: 1071-1325*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2010).

A edição crítica do obituário da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra, por Maria Amélia Álvaro de Campos, integra-se, assim, nesta linha de publicação de fontes necrológicas medievais, que constitui, como dissemos, um passo essencial para se fazer a história da morte em Portugal.

Como notaram Maria Helena da Cruz Coelho e Hermínia Vasconcelos Vilar, no caso da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra, o facto de não se terem conservado os testamentos dos benfeitores reforça ainda mais a importância do seu obituário medieval, único repositório escrito da solidariedade entre vivos e mortos nesta comunidade paroquial (p. 12 e 19).

Não se julgue, porém, que o interesse do obituário se circunscreve à temática da morte. Como Maria Amélia Álvaro de Campos diz e demonstra, para além das habituais informações que este tipo de fontes integra (o nome do beneficiário, a data da morte, as celebrações pela sua alma e o bem legado à colegiada cujo rendimento as sustentava), o obituário revela-nos um quadro mais alargado das vivências quotidianas de uma comunidade que teve em São Bartolomeu um ponto de convergência e, de uma forma geral, colige preciosas informações sobre centenas de pessoas com uma extrema relevância para o estudo da tessitura social coimbrã no período medieval. Mas não só. Aí se inscreveu também a morte de figuras maiores do reino, como a da rainha D. Constança Manuel, esposa de D. Pedro I de Portugal (p. 90), e o nome de alguns dos servidores de reis e rainhas: Afonso Martins, tesoureiro da rainha D. Isabel de Aragão (p. 117), ou Aparício Domingues, candeieiro de D. Pedro I de Portugal (p. 92, 105, 139 e 143), cuja viúva instituiu quatro aniversários (1 de fevereiro, 24 de março, 21 de agosto e 7 de setembro). De igual forma foram registados importantes acontecimentos políticos, como o assassinato do rei D. Pedro de Castela, por D. Henrique de Trastâmara, em 1369, a subsequente invasão da Galiza pelo rei D. Fernando de Portugal, dando, assim, início à primeira guerra fernandina, e a invasão de Portugal pelo rei de Castela, D. Henrique de Trastâmara, em 1373, identificando-se alguns dos que o acompanharam (p. 91).

Para além disso, os textos que antecedem a edição do obituário constituem uma mais-valia para a obra e ajudam o leitor a compreender a importância e o contexto da fonte em causa. Na introdução à obra, a autora apresenta um quadro geral das fontes análogas, assinalando o seu número restrito e especificando as que já foram objeto de edição (começando por se centrar na cidade de Coimbra para, depois, nos proporcionar um panorama mais vasto, português e internacional). Regista, igualmente, os principais avanços historiográficos sobre a morte e caracteriza os obituários enquanto tipologia documental (distinguindo-os de outras fontes afins, necrológicas ou litúrgicas, como os necrológios, os martirólogos, os martirólogos-obituários e os calendários propriamente ditos). Uma das suas principais características, que aqui importa destacar, é o facto destes manuscritos serem acrescentados, com sucessivas adições, ao longo do tempo, por várias mãos, que fizeram «uso de tintas negras e castanhas de

diferentes saturações de pigmento de noz-de-galha» (p. 51), formando, assim, várias camadas de manchas gráficas, que criam, como se sabe, grandes dificuldades a uma edição crítica.

No estudo, a autora começa por expor, sucintamente, os principais aspectos institucionais da colegiada de São Bartolomeu e a sua inserção urbana, para, depois, analisar o manuscrito de forma mais demorada, esclarecendo, desde logo, os detalhes que estão associados ao calendário e à própria liturgia, os quais estão na base da sua organização (p. 32-51). Ao abordar a materialidade, descreve, com pormenor, o manuscrito e destaca as marcas de uso, ao longo de séculos: acrescentos, notas marginais («algumas das quais com caligrafias já do século XVIII ou XIX»), raspagem de registos para aí inscrever novos óbitos (e/ou outras cerimónias de sufrágio) e «vários tipos de degradação, desgaste e danificação quer da tinta, quer do material de suporte» (p. 52). Maria Amélia Álvaro de Campos fornece uma rigorosa análise codicológica do manuscrito, demorando-se na sua organização e na empaginação, e especificando aspectos como a sua estrutura (em três cadernos, compostos por um número variável de bifólios) ou a regragem dos fólios, sem esquecer a importância da decoração (a ornamentação das letras, o uso de caldeirões vermelhos e a alternância das cores, dos tipos de escrita e do tamanho da letra) para diferenciar e hierarquizar os elementos que o compõem. Aborda, igualmente, as questões paleográficas (p. 57-68), identificando (e caracterizando) as mãos que redigiram as 409 inscrições que aí se encontram registadas, tendo as correspondentes cerimónias como destinatários mais de duas centenas de indivíduos, cujos óbitos ocorreram entre 1174 e 1411 (p. 68-69). Caracteriza, por fim, o universo dos destinatários das celebrações inscritas no obituário (p. 69-71).

Elogie-se, ainda, o facto de a autora partilhar com o leitor, de forma bastante transparente, as dúvidas e as dificuldades inerentes a uma edição crítica de uma fonte deste género, informando-o, ao mesmo tempo, sobre algumas das decisões tomadas na transcrição do documento. Transcrição que é acompanhada de riquíssimas notas de rodapé com informações sobre as instituições mencionadas e as propriedades legadas para a fundação das cerimónias, bem como sobre a identidade e a caracterização social dos fundadores, que ajudam o leitor a aprofundar a compreensão do texto e das dinâmicas de solidariedade aí entretecidas.

Em suma, a História faz-se com fontes. É, por isso, de louvar qualquer edição crítica de qualidade, criteriosamente realizada, como é o caso, uma vez que facilita o acesso às fontes a todos, portugueses e estrangeiros, independentemente de dominarem (ou não) os conhecimentos paleográficos que lhes permitam lê-las a partir do original. Os obituários assentam em laços de solidariedade espiritual entre os vivos e os mortos. São fontes de extrema importância para o estudo da forma como o homem medieval encarava a morte e a salvação, tema que, recentemente, tem merecido a melhor atenção por parte dos historiadores portugueses, como bem o demonstram os projetos *Vinculum. Entailing perpetuity: family, power, identity. The social agency of a corporate body (Southern Europe, 14th-17th centuries)* [2019-2024], de Maria de Lurdes Rosa, e *COMMÉMORTIS – O que sobrevive depois da morte? Comunidades paroquiais e estratégias de comemoração dos mortos na cidade medieval* [2022-2023], de que, como dissemos, Maria Amélia Álvaro de Campos foi a Investigadora Principal.

No entanto, e repetimos, a informação que o obituário da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra encerra, e que foi agora disponibilizada a um público mais vasto, presta-se a múltiplas linhas de análise que vão muito para além do estudo das atitudes do Homem perante

a morte. Por exemplo, conjugada com outra documentação, revelou ser de uma enorme utilidade para o estudo das comunidades paroquiais, numa perspetiva prosopográfica, como bem demonstrou Mariana Castro Barreira, na sua dissertação de Mestrado (*A vida e a morte das comunidades laicas e eclesíásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do Timelink*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2023), orientada, precisamente, por Maria Amélia Álvaro de Campos.

Tratando-se de um precioso contributo para a comunidade científica, espera-se, pois, que a fonte agora editada possa vir a ser aproveitada pelos vários especialistas, nos seus estudos, de acordo com a riqueza da sua informação e a diversidade das abordagens possíveis. Usando as palavras da autora, «este documento presta-se a múltiplas análises do foro da história das ideias e da espiritualidade medieval» (p. 25), para além, obviamente, de outras, com maior pendor económico, social, administrativo, toponímico ou cultural. Neste sentido, e a terminar, destaca-se, aliás, o facto de esta edição se encontrar em acesso aberto, com a possibilidade de ser descarregada, gratuitamente, em pdf, a partir de <http://monographs.uc.pt/iuc/catalog/book/41>, cumprindo, assim, as políticas de ciência aberta que favorecem a partilha do conhecimento científico (como resultado da investigação realizada, neste caso no âmbito do projeto de pós-doutoramento de Maria Amélia Álvaro de Campos) e potenciam, desta forma, a disseminação e a reutilização da informação produzida.